

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL: A PRESENÇA MILITAR EXPRESSA EM LISTAS DE ENTRADA E SAÍDA¹

Lorena de Freitas Fernandes Pereira², Mariana Joffily³,
Marina Izidoro⁴, Mateus Maçaneiro Pereira⁵.

¹ Vinculado ao projeto “CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO: O cérebro e a mola do aparato repressivo da ditadura brasileira.”

² Acadêmico (a) do Curso de História – FAED – Bolsista PIBIC/CNPq

³ Orientador(a), Departamento de História – FAED – mariana.joffily@udesc.br

⁴ Acadêmico(a) do Curso de História – FAED

⁵ Acadêmico(a) do Curso de História – FAED

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado de São Paulo, criado no ano de 1924, surgiu em momento delicado, estando em voga movimentos anarquistas, comunistas e organizações sindicais, buscando combatê-las. Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), o órgão trabalhou de forma intensiva no monitoramento e produção de informações sobre opositores tidos como “subversivos”, assim como prisões, torturas e demais violações contra os direitos humanos. O DOPS, no entanto, não realizava apenas operações individualmente, muito menos trabalhava isolado de outros órgãos repressivos. Em consulta à Comissão Nacional da Verdade (CNV) é possível perceber que muitas das atividades repressivas contavam com a participação de repartições militares diversas, como a Operação Bandeirante (OBAN), Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), II Exército, Polícia Militar e a 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar.

Nesta esteira, uma vasta documentação foi produzida durante os anos, registrando as atividades do DOPS e o cotidiano de suas dependências. Os registros, mantidos sob custódia da Polícia Federal desde 1975, foram encaminhados no ano de 1991 para o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e no ano de 2013 foram encontradas, pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, listas de entrada e saída preenchidas no DOPS, datadas entre os anos de 1971 a 1979. Na documentação se encontrava a data, horário, nome e cargo dos que entravam na delegacia, informações registradas pelo escrivão. É frequente que na lista estejam presentes durante todos os dias os delegados que ali trabalhavam, acompanhados da especificação da delegacia a qual pertenciam. Assistentes e escrivães também eram frequentes no cotidiano, assim como políticos, membros da FIESP, parlamentares, entre outros. Em meio a esta variedade de visitantes, havia outra forte presença: mais uma vez, os militares. No processo de digitalização das listas de entrada e saída (da qual a autora desta comunicação participou), foi constante a presença de membros da Aeronáutica, Exército e Marinha, bem como membros da Justiça Militar e do II Exército, responsável pelo estado de São Paulo, onde se localizava o DOPS. Os membros das Forças Armadas que se apresentaram no local pertenciam a diversas patentes, como cabos, capitães, coronéis e generais, que por vezes apresentavam a abreviatura “SI” junto de seus cargos; uma referência ao serviço de informações.

Levando-se em conta as possibilidades de pesquisa propiciadas pelas listas de entrada e saída, bem como os registros de operações conjuntas, têm-se diversas peças que podem contribuir para uma maior compreensão da interação e cooperação do DOPS com os diversos setores militares. Esta comunicação tem por objetivo trazer reflexões sobre a expressiva e variada presença dos militares nas dependências do DOPS de São Paulo, buscando amparo na bibliografia deste período, que evidencia as diferentes articulações entre as delegacias políticas e repartições militares, no objetivo de monitorar e produzir informações sobre a oposição à Ditadura Militar.

Palavras-chave: Ditadura militar. Departamento de Ordem Política e Social. Militares.